

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.418.924 - SP (2018/0337725-9)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : AMERCIO ARCANJO LUCIANO
ADVOGADO : MARIA ROSA LAZINHO - SP113838
AGRAVADO : ANTONIA DE CARVALHO BRUNELI
ADVOGADO : SÉRGIO DORIVAL GALLANO - SP156486
INTERES. : JORGE COMBE NETO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR ATO ILÍCITO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PEDIDO DE PENHORA DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. CRÉDITO DE NATUREZA ALIMENTAR. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

1. Ação de indenização por ato ilícito, em cumprimento de sentença. Pedido de penhora de benefício previdenciário.
2. Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à natureza alimentícia da prestação do crédito, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.
3. De igual forma, aferir se os proventos percebidos pelo agravante são insuficientes para a sua sobrevivência e de sua esposa, conforme apontado neste recurso, exigiria, necessariamente, o revolvimento do conteúdo fático-probatório, circunstância, como visto, vedado na sede eleita, a teor do citado verbete sumular.
4. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por AMÉRCIO ARCANJO LUCIANO, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado, exclusivamente, na alínea "a" do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 11/09/2018.

Concluso ao gabinete em: 26/12/2018.

Ação: indenização por ato ilícito (acidente de trânsito), em cumprimento de sentença ajuizada por ANTÔNIA DE CARVALHO BRUNELI (agravada) em face de AMÉRCIO ARCANJO LUCIANO (agravante). Pedido de penhora feito pela agravada sobre percentual dos benefícios previdenciários percebidos pelo agravante.

Decisão interlocutória: indeferiu o pedido.

Acórdão: deu provimento ao agravo de instrumento de Antônia de Carvalho Bruneli, nos termos da seguinte ementa:

Agravo de instrumento. Ação de indenização por ato ilícito (acidente de trânsito). Cumprimento de sentença. Pedido de penhora sobre percentual dos benefícios previdenciários percebidos pelos executados. Admissibilidade. Condenação que engloba o pagamento de pensão mensal, que tem natureza alimentícia. Impenhorabilidade de proventos de aposentadoria que não se aplica à hipótese de penhora para pagamento de prestação alimentícia, independentemente de sua origem, conforme dispõe o artigo 833, §2º, do Código de Processo Civil.

Deferimento da penhora sobre 30% dos proventos líquidos dos executados. Recurso provido. (e-STJ fl. 115).

Recurso especial: alega violação dos artigos 833, IV, do CPC, sob o fundamento de que, ao revés do firmado no aresto recorrido, os proventos de aposentadorias são impenhoráveis, mormente na hipótese dos autos, em que a pensão objeto do cumprimento de sentença não tem caráter alimentar, mas tão somente indenizatório.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Do reexame de fatos e provas

O TJ/SP, ao examinar o tema, assim decidiu:

Processo Civil estabelece que são absolutamente impenhoráveis “os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios e os montepios, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, ressalvado o §2º” (destaquei).

Ocorre que a ressalva prevista no §2º é justamente no sentido de inaplicabilidade do preceito quanto à hipótese de penhora para pagamento de prestação alimentícia, “independentemente de sua origem”.

No caso em tela, dada a natureza de prestação alimentícia do crédito, vez que se trata de pensão concedida justamente para garantir a subsistência da ora agravante, incide a exceção supramencionada. (e-STJ, fl. 116).

Destarte, alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à natureza alimentícia da prestação do crédito, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

De igual forma, aferir se os proventos percebidos pelo agravante são insuficientes para a sua sobrevivência e de sua esposa, conforme apontado neste recurso, exigiria, necessariamente, o revolvimento do conteúdo fático-probatório, circunstância, como visto, vedada na sede eleita, a teor do citado verbete sumular.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora